



ST3. SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE O CASO DO BRASIL NO PERÍODO (1950-2010)

143

UMA DÉCADA MAIS QUE PERDIDA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL NOS ANOS NOVENTA DO SÉCULO XX*

Kétura S. Lins^{**}

Camila Nadedja T. Barbosa^{***}

Glaudionor Gomes Barbosa^{****}

Resumo: O trabalho pretende discutir os principais acontecimentos econômicos, políticos e sociais que tornaram os anos noventa no Brasil como uma década mais que perdida pelo seu baixíssimo crescimento do produto nacional, pelas profundas alterações no mundo do trabalho, particularmente sua precarização. O centro da análise é a aceitação do credo neoliberal como suporte ideológico das políticas econômicas, dito de outra forma, quando os mercados tornam-se absolutos e incontrolláveis a sociedade sempre perde e sempre reage. As privatizações selvagens e as políticas fortemente restritivas levaram o país para um quadro de recessão contínua. A única qualidade que fica demonstrada pela ação do poder público é o controle inflacionário. Contudo, a troca de inflação por muito desemprego não parece ter sido uma opção nacional aceitável.

Palavras-chave: História do Brasil. Política Econômica. Década de noventa. Governo Collor. Governo FHC.

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E A RECONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA

Após a Segunda Guerra Mundial e até o início dos anos setenta, o capitalismo cresceu a taxas altíssimas, a ponto de alguns estudiosos começarem a falar de um capitalismo sem crise, ou seja, a esperança de Adam Smith num capitalismo redentor de toda humanidade havia finalmente chegado, apesar da existência de um sistema antagônico (o socialismo burocrático) também estar obtendo grandes resultados no *front* econômico.

Este período ficou conhecido, eufemisticamente, de “anos dourados”. Porém, a crise do “capitalismo sem crise” instala-se em 1973 numa combinação explosiva de

* Projeto da linha da Pesquisa História Econômica do Brasil-GEPHEEP/CAA/UFPE.

** Discente de Ciências Econômicas/CAA/UFPE-keturaketura@hotmail.com

*** Professora de História/CSE/PE-camila_nadedja@hotmail.com

**** Doutor-Professor de História Econômica/CAA/UFPE-glaudionor.barbosa@gmail.com

queda na taxa de expansão do produto com altas taxas de inflação. Segundo Anderson (1996) foi a partir daquele momento de crise do sistema capitalista que a ideologia neoliberal ganhou alento. O discurso dos defensores do mercado absoluto afirmava que os problemas do capitalismo não estavam no sistema capitalista, mas no poder excessivo dos sindicatos e no próprio movimento dos trabalhadores que haviam destruído as bases naturais da acumulação de capital com pressões econômicas descabidas de aumentos salariais e pressões políticas que aumentavam os gastos sociais do Estado. Tais pressões, de acordo com a doutrina liberal, destruíram as margens necessárias e sadias dos lucros.

Para o quadro apresentado acima a solução seria, não um Estado fraco como muitos supõem, mas um Estado forte capaz de enfrentar e derrotar o poder sindical, de desenvolver políticas que aprofundam o desemprego e a precarização do mundo do trabalho e que retire direitos sociais consagrados, desamparando ainda mais os trabalhadores. Contudo, o Estado deveria ser forte também na condução e no controle da moeda¹, utilizando-a como instrumento de redistribuição de renda para os mais ricos, dado que a desigualdade seria uma condição necessária para o crescimento econômico, ou seja, o capitalismo só seria possível com suas assimetrias naturais.

A mensagem dos neoliberais históricos era extremamente dura, mas completamente de acordo com a lógica interna do capitalismo, mas só era dita de forma agressiva e aberta pelos neoliberais fundamentalistas como Hayek. A grande maioria dos neoliberais (inclusive os nativos) não tinha a coragem e a honestidade de esclarecer suas reais intenções, desvendando, assim, sua própria ideologia.

A primeira experiência neoliberal de acordo com Anderson (1996) ocorreu no Chile sob o comando do economista Milton Friedman na ditadura de Pinochet. Naquele país foram implantados rígidos programas de desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, privatização de bens públicos e uma decorrente redistribuição de renda em favor das classes mais ricas.

Note-se que o uso de uma ditadura como o Chile de Pinochet, onde todos dispositivos de direitos democráticos estavam suspensos, mostra que a democracia não é um valor fundamental para os neoliberais. Anderson (1996) argumenta que Hayek ensinava que a liberdade e a democracia poderiam tornar-se incompatíveis se a maioria democrática decidisse limitar os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade. A conclusão que se deve chegar a partir dos argumentos hayekianos é de que, neste caso, deve-se suprimir a democracia em defesa da liberdade dos mercados absolutos.

A doutrina neoliberal além de sua natureza regressiva e do seu ódio de classe aos pobres coloca como necessário a destruição do sindicalismo, a compressão dos salários, o aumento do desemprego e a elevação dos lucros, origem da acumulação do capital, e a esse conjunto de medidas e de objetivos, o neoliberalismo chama de recuperação econômica, ou seja, a ideologia neoliberal defende que estas medidas são meios para a completa recuperação de um capitalismo com altas e estáveis taxas de crescimento. É, entretanto, nesse objetivo final que o neoliberalismo falha completamente, pois exceto casos isolados e temporários, o capitalismo não consegue apresentar altas taxas de crescimento, muito menos consegue sonhar com uma recuperação do forte crescimento

verificado nos trinta anos dourados do pós-guerra, sob o comando do keynesianismo e do Estado do bem-estar social.

A DISPUTA DOS DOIS PROJETOS PARA O BRASIL NOS NOVENTA: VITÓRIA DA ALTERNATIVA NEOLIBERAL E GOVERNO COLLOR

O segundo semestre de 1989 transcorre sob o signo de um campo de forças bastante complexo. No *front* externo uma proposta estratégica de reordenamento do capitalismo mundial expresso em quatro pilares: abertura econômica; desestatização; desregulamentação do capital e flexibilização do trabalho. O significado prático era de que os países deveriam suspender barreiras protecionistas, facilitando um amplo comércio entre si; privatizar suas ineficientes empresas estatais; permitir total mobilidade aos capitais e reduzir a um “mínimo de decência”¹ os direitos sociais dos trabalhadores. Claro que estas medidas duras deveriam ser implementadas, onde mais necessárias fossem, ou seja, na zona de influência norte-americana (a América Latina). Estas idéias são fundamentos do neoliberalismo e estão sintetizados no “Consenso de Washington”. Na verdade, o objetivo implícito era de abrir mercados para as mercadorias e capitais dos países centrais. Novamente havia capitais excedentários. Novamente o capital estava congestionado no núcleo orgânico do capitalismo.

No *front* interno estava-se no apagar das luzes de um governo que teve duas faces. No primeiro momento tentou uma estratégia de ajuste não-recessivo com mobilização popular, em um segundo tempo fez uma política recessiva, denominada de feijão-com-arroz associada às primeiras privatizações².

Ainda no campo interno, duas alternativas se apresentaram disputando o voto popular. De um lado um conjunto de forças de esquerda em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Do outro um conjunto de forças de direita em torno da candidatura de Fernando Collor de Mello, com amplo apoio das classes dominantes e da grande imprensa. Venceu a segunda configuração de forças que enfeixavam a reconstrução hegemônica do “Consenso de Washington” e do neoliberalismo.

A posse do Presidente Fernando Collor ensejou um Plano de Estabilização para a caótica economia brasileira. O grande problema para o novo governo central era que havia rejeição social tanto às políticas ortodoxas, quanto às heterodoxias dos congelamentos. Segundo Faro (1990) o Plano Collor I, de março de 1990, tinha forte tendência recessiva e combinava o confisco dos ativos financeiros, incluindo a poupança, com prefixação da correção dos preços e salários, além do câmbio flutuante e uma reforma administrativa com fechamento de órgãos públicos e demissões de funcionários.

A medida efetiva de combate à inflação foi o confisco dos ativos financeiros e a retirada de 80% do meio circulante. Com tal política a inflação cai porque a demanda

¹ O conceito de “mínimo de decência” de direitos diz respeito a um conjunto irredutível de garantias sem o qual os trabalhadores estariam completamente a mercê dos empregadores, inclusive para exploração do trabalho escravo. Este se deriva do conceito de trabalho decente utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

² Pode-se falar de uma longa década de noventa no Brasil, começando em 1988 e terminando em 2002.

despenca independente da inflação ser de demanda e da economia operar ou não com capacidade ociosa. O brutal enxugamento da liquidez simplesmente deixou parte significativa da oferta sem valor, pois faltava poder real de demanda (renda disponível). Atingiu-se duramente a poupança popular, fonte de gastos importantes para a economia. Cortou-se, de um golpe, o capital de giro das pequenas e médias empresas. A maioria dessas firmas quebrou. Tudo muito semelhante aquela conhecida piada médica: “*a cirurgia foi um sucesso, infelizmente, o paciente veio a óbito*”.

Como no Brasil tudo que é velho precisa receber o rótulo de novo para possuir credibilidade, além de uma nova política industrial, houve uma nova política salarialⁱⁱ. Esta negou a incorporação legítima de 10,25% ao salário de março, impediu as categorias com data-base em março de receber a diferença entre a inflação acumulada e os reajustes do período, converteu o salário com base no menor valor de compra, estabeleceu uma prefixação trimestral de salários de modo que futuras perdas salariais seriam resolvidas pela “livre negociação”. Com taxas de desemprego de 10% e um violento ataque ideológico e político aos sindicatos, soava irônico falar em livre negociação entre o capital e o trabalho. Segundo o Dieese/Seade o rendimento médio real na Grande São Paulo caiu em 35% nos trinta meses do governo Collor de Mello. Isto representa um violento “freio” no mercado interno.

Tabela 01. São Paulo e Brasil
Desemprego e Inflação (%) 1989-1992

Ano	Taxa de desemprego na Grande São Paulo	Inflação medida pelo IGP
1989	8,8	1782,9
1990	10,0	1476,6
1991	11,6	480,2
1992	14,9	1157,9

Fonte: Dieese/Seade e FGV/Conjuntura Econômica.

Mais uma vez a inflação brasileira desrespeitou os manuais norte-americanos de macroeconomia. Ocorreu queda na demanda, queda acentuada na produção, elevação no volume de desemprego e a inflação, quando muito, cedeu um pouco, para logo após recrudescer.

O Plano Collor II foi baixado em janeiro de 1991, em um contexto de forte descontrole inflacionário. Tratou-se de uma combinação de congelamento de salários com mais medidas de contração fiscal e monetária.

Dentro da polêmica sobre as vantagens e desvantagens da industrialização substitutiva de importações, o governo lança o que ficou conhecido como a Nova Política Industrial³, cujo principal objetivo era de aumentar a eficiência produtiva e comercial de bens e serviços, baseando-se na modernização e reestruturação industrial. Tomando como referência Guimarães (1995) tem-se os seguintes eixos estratégicos: (a) redução dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não

³ Era tão nova que deve ter mexido com o bom humor do Professor Antônio Delfim Neto. Enquanto Maílson da Nóbrega devia se sentia absolutamente plagiado.

transparente de incentivos e subsídios, e fortalecimento dos mecanismos de concorrência; (b) reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica; (c) fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção; (d) maior exposição da indústria brasileira à competição internacional, objetivando inserção no mercado externo, melhora de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico um dos elementos fundamentais é o tamanho do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). De 1990 para 1992 o IDE aumentou de 1,2% no conjunto do investimento para 2,9%, um aumento irrisório. Em adição, a participação das empresas estrangeiras aumentou de 41,2% em 1989 para 42,9% em 1992, medido pelas vendas, um aumento igualmente irrisório. (Exame, “Melhores e Maiores”, julho de 2003). O fato é que o capital não aposta suas fichas em economias em processo recessivo. Por sua vez, como este trabalho já mostrou diversas vezes, a América Latina em geral e o Brasil em particular não representam nenhuma prioridade estratégica para o principal país do núcleo orgânico do capitalismo, ou seja, os Estados Unidos não estão obrigados por razões geopolíticas, ou mesmo puramente econômicas, de fornecer ao Brasil o mesmo tratamento reservado ao Japão, além do que, nesta quadra histórica, o comunismo já não era uma ameaça real.

PLANO REAL E GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: ESTABILIZAÇÃO COM ALTO DESEMPREGO E BAIXO CRESCIMENTO

Em 1993, ainda no governo de Itamar Franco, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implementou um Plano de Estabilização que ficou conhecido como Plano Real. Na verdade, o governo do Presidente Fernando Henrique começou um ano e meio antes da posse legal, pois no comando do Plano Real e na consecução de políticas alinhadas com o “Consenso de Washington”, de modo que o referido mandatário exerceu o poder por um longo período de dez anos⁴.

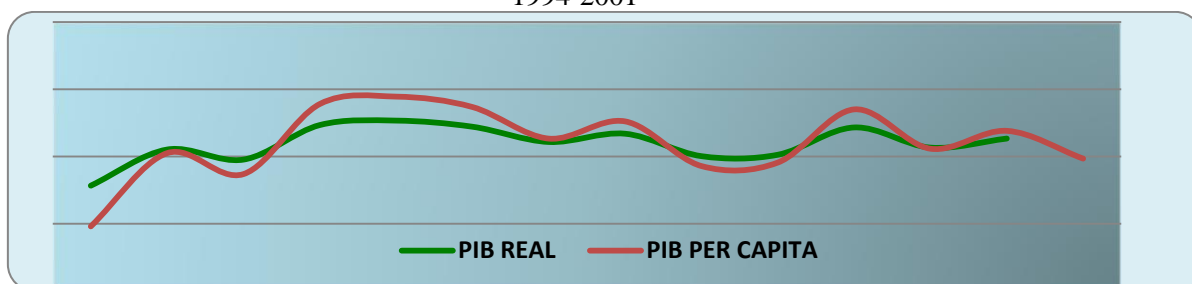
O Plano Real foi concebido e implementado em três fases efetivamente encadeadas: (a) estabelecimento do equilíbrio nas contas do setor público, como forma de eliminar a principal causa da inflação; (b) criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV); (c) emissão de uma moeda com poder de compra estável, o real.

Quando os dados são analisados, é incontestável a piora do Brasil após os dez anos do governo de Fernando Henrique Cardoso: maiores taxas de desemprego de toda a história do país, crescimento econômico insignificante, queda constante do rendimento médio dos assalariados (rendimento real), elevação da dívida externa e aumento assombroso da dívida interna, o que levou a uma piora das condições de vida

⁴ Em termos de permanência no poder, o Presidente Fernando Henrique Cardoso só foi superado pelo seu antípoda Getúlio Vargas. Deixa-se claro que a escolha de Vargas como contrário foi feita pelo próprio Fernando Henrique quando disse ter como meta acabar com o varguismo.

da maior parte da população brasileira e ao aumento da vulnerabilidade externa. Na verdade, o governo priorizou como meta única a política econômica de ajuste, oferecendo taxas de juros altíssimas ao capital financeiro, tanto o nacional quanto o internacional, conseqüentemente, políticas sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, investimento e industrialização, foram penalizadas pela dependência aos interesses dos grandes “investidores financeiros”. O investimento produtivo não encontrou ambiente adequado para sua expansão. As taxas de juros praticadas estiveram sempre acima da Eficiência Marginal do Capital. A lógica especulativa se impôs tudo isso aliado a ausência de uma política industrial levou o país a uma estagnação prolongada.

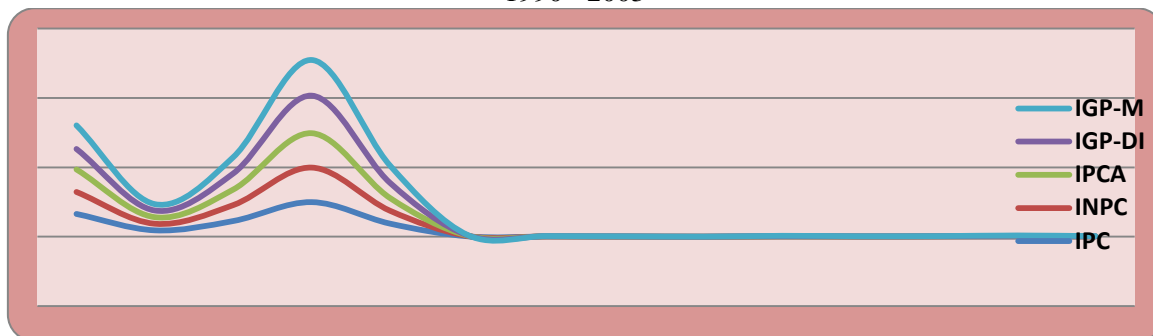
Gráfico 01. Brasil
 PIB Real e PIB Per Capita – Variação Percentual
 1994-2001



Fonte: IPEADATA

Como se sabe, o PIB real mede o crescimento do país de um ano para o outro, enquanto pode-se utilizar o PIB *per capita* para medir o desenvolvimento do país. Então, colocando-se no gráfico 1 as variações dos dois de 1990 a 2003, pode-se verificar que ambos tiveram um pico no ano de 1994, quando houve a implantação do Plano Real, com pontos de elevação nos anos de 1997, ano pré campanha pela reeleição, e no ano de 2000, imediatamente após uma grande desvalorização cambial ocorrida no ano de 1999, devido ao grande e constante déficit na Balança Comercial. Também é importante considerar que no ano de 2000, próximo a uma nova campanha presidencial, quando se pretendia a eleição de José Serra, Ministro da Saúde do governo FHC, candidato apoiado pelo PSDB e pelo governo, houve um aumento nos dois indicadores. Também é interessante verificar que nos anos pré-eleição e posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1998 e 1999, houve uma queda a níveis negativos da variação percentual dos dois indicadores, sendo mais evidente no caso do PIB *per capita*. Porém, comparativamente às grandes variações negativas antes de 1990, pode-se dizer que houve uma melhora significativa nos dois indicadores, ou seja, depois da abertura comercial desenfreada, pode-se dizer que o país teve uma reação e passou a produzir mais e a ter um nível de renda maior.

Gráfico 02. Brasil
Indicadores Seleccionados de Inflação
1990 - 2003



Fonte: IPEADATA

Outro indicador que é importante se analisar é a variação da inflação. Isto pode ser verificado no gráfico 2. Na verdade, pode-se verificar que houve, sim, um controle da inflação, mesmo porque ela foi a meta prioritária, senão a única, de medida macroeconômica adotada no governo FHC. Na verdade, os dois governos deste presidente caracterizaram-se por um permanente *trade-off* entre inflação e desemprego (e crescimento muito baixo e mesmo negativo em alguns anos). Tratou-se de uma estabilização “negativa”, onde a sociedade, exausta pela corrosão inflacionária anterior, aceitou taxas menores de índices de preços – não tão “civilizadas” quanto a imprensa nativa tentou “vender” à população, pois esteve acima de 9% nos anos de 1996, 2001, 2002 e 2003, medidas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) – em troca do emprego e da renda.

Pode-se observar que há pequenas diferenças entre os diversos indicadores de inflação, além do fato de que, realmente, com a implantação do Plano Real, houve uma queda abrupta da inflação anual. Ela volta a subir no ano de 1999, quando da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e os diversos problemas que começaram a aparecer, como a maxidesvalorização do real, por exemplo.

Pode-se observar que, imediatamente após a abertura comercial, em 1991, houve déficit na Conta Corrente e uma enorme desvalorização cambial, algo em torno de mais de mil pontos percentuais, tudo isto com o intuito de aumentar as exportações, que estavam em queda livre, e reduzir as importações, que tinham crescido bastante, principalmente em bens de capital, para poder fazer face à concorrência com a indústria externa. Quando da implantação do Plano Real, houve uma supervalorização cambial, quando o real passou a valer mais do que o dólar. Claro que isto acarretou déficits constantes na Balança Comercial que, aliado ao déficit comum dos países em desenvolvimento, como o Brasil, na Balança de Serviços, levou o país a uma grande perda de divisas. No ano de 2001, a taxa de câmbio tem o seu maior valor desde a implementação do Plano. Contudo, ainda não suficiente, por si só, para tornar a Conta Corrente superavitária.

Tabela 02. Brasil
Renda média dos trabalhadores
(em reais de dezembro de 1995)

	Média 1994	Média 1995	Média 1996	Janeiro 1997	Fev. 1997	Março 1997	Abril 1997
Trabalhadores com Carteira	519,74	533,22	570,13	562,58	559,09	548,27	555,38
Trabalhadores sem Carteira	350,27	399,78	423,29	433,79	426,29	423,56	427,59
Trabalhadores por conta própria	383,81	460,93	490,07	481,03	483,93	480,43	486,19
Empregadores	1695,76	1817,76	1830,64	1769,52	1746,17	1665,32	1764,92

Fonte: IPEA. Mercado de trabalho, conjuntura e análise, nº 5 – Julho de 1997.

Pela tabela 2 pode-se observar que os empregos formais (trabalhadores com carteira assinada) são mais bem remunerados que os trabalhadores do setor informal. As oscilações desse tipo de renda são maiores do que aquelas do segmento formalizado, tanto na crise quanto no auge. Esse comportamento induziu muitos economistas a pensarem que o estancamento do processo inflacionário era suficiente para reduzir e estabilizar a pobreza, dispensando-se políticas de redistribuição de renda. A verdade é que os ganhos do setor informal se esgotam rapidamente.

Tabela 03. Brasil
Evolução dos empregos informais
(como percentagem do total de emprego)

	Média 1994	Média 1995	Média 1996	Janeiro 1997	Fevereiro 1997	Março 1997	Abril 1997
Trabalhadores sem Carteira	23,73	24,14	24,83	24,41	24,88	24,91	25,08
Trabalhadores por conta própria	21,72	22,02	22,83	22,97	22,81	23,12	22,86

Fonte: IPEA. Mercado de trabalho, conjuntura e análise, nº 5 – Julho de 1997.

A tabela 3 mostra uma forte tendência para a manutenção da informalidade no mercado de trabalho, e conseqüentemente para a persistência da pobreza e da exclusão social. Cabe observar os percentuais tanto dos trabalhadores sem carteira assinada quanto dos trabalhadores por conta própria se elevaram período a período, totalizando no último período uma elevação de mais de um ponto percentual. Se o receituário neoliberal estivesse correto àqueles percentuais teriam que ter caído.

O problema não se resumiu ao desemprego *per se*, mas a qualidade do emprego, ou seja, a composição do mercado de trabalho. Assim, a tabela 4 mostra como a longa década de noventa altera a estrutura do emprego aumentando a precarização das relações capital-trabalho, francamente em favor do primeiro. O volume de pessoas com carteira assinada recuou de 8,5 pontos percentuais, enquanto os sem carteiras aumentavam em 6,3 pontos percentuais e os por conta própria cresciam em 3,0 pontos percentuais.

Tabela 04. Brasil
Taxa de População Ocupada (15 anos ou mais)
1991-2001

Ano	Empregados com carteira assinada	Empregados sem carteira assinada	Conta Própria	Empregador
1991	53,7	20,8	20,1	4,4
1992	51,4	22,2	21,0	4,4
1993	50,5	23,1	21,1	4,3
1994	49,3	23,7	21,8	4,2
1995	48,4	24,1	22,0	4,5
1996	46,7	24,8	22,8	4,6
1997	46,4	24,8	23,3	4,5
1998	45,3	25,2	24,0	4,5
1999	44,1	26,9	23,7	4,3
2000	44,5	26,9	23,5	4,3
2001	45,2	27,1	23,1	3,9

Fonte: IBGE

Ainda em relação ao problema da qualidade do emprego, como visto na tabela 4, percebe-se, claramente, que a categoria “Empregador” apresenta excelente estabilidade com média de 4,3. A categoria “Conta Própria” somada a categoria “Empregados sem carteira assinada” totaliza um aumento de 9,3%, isto é, (6,3% + 3,0%). Por sua vez, a categoria “Empregados com carteira assinada” caiu em 8,5%. Admitindo-se erros e omissões a conta fecha, ou seja, os trabalhadores foram deslocados do setor formal para o setor informal.

A tabela 5 apresenta a evolução das taxas de desemprego. Observa-se um aumento ano a ano da taxa de desemprego aberto para o Brasil culminando com uma diferença de quase dois pontos percentuais entre 1990 e 2001. Para a Região Metropolitana de São Paulo, o core do capitalismo brasileiro, o desemprego total aumenta de 7,6 pontos percentuais, enquanto o desemprego aberto aumenta cerca de 4 pontos percentuais.

Tabela 05. Brasil e RMGSP
Taxa de Desemprego
1990-2001

Ano	Taxa de desemprego aberto – Brasil (a)	Taxa de desemprego total – RMGSP (b)	Taxa de desemprego aberto – RMGSP (c)
1990	4,3	10,0	7,2
1991	4,8	11,7	8,0
1992	5,7	15,2	9,2
1993	5,3	14,7	8,7
1994	5,1	14,2	8,9
1995	4,7	13,2	9,0
1996	5,4	15,0	9,9
1997	5,7	15,7	10,2
1998	7,6	18,2	11,7
1999	7,6	19,3	12,1
2000	7,1	17,6	11,0
2001	6,2	17,6	11,3

Fonte: (a) IBGE/PME; (b) e (c) Dieese/Seade

Nota: RMGSP significa Região Metropolitana da Grande São Paulo

Quanto à distribuição de renda, a leitura da tabela 6 dispensa comentários. Ocorreu nos anos noventa uma estabilidade “perversa” absolutamente perfeita no Brasil. O neoliberalismo tupiniquim conseguiu manter os pobres no seu devido lugar, ou seja, na pobreza. O coeficiente de Gini – um indicador de desigualdade muito eficiente e amplamente aceito – foi de 0,58 em 1992 e passou para 0,60 em 1993, permanecendo neste patamar até o final da década. Note-se que todos os anos da série têm este valor com exceção de 1992. A média, é claro, converge para 0,60. Considerando-se, pois, o referido indicador não ocorreu nenhuma desconcentração da renda familiar na década mais que pedida. Os 20% mais pobres continuaram se apropriando de pouco mais de 2% da renda nacional, com a média convergindo para 2,2%. Quando se aumenta a fração populacional para os 40% mais pobres, percebe-se que o percentual apropriado cai de 8,4% para 8,1%, oscilando em torno de 8%. Metade da população brasileira – o que corresponde a 85 milhões de brasileiros – recebeu na média 12,4% na década de noventa, sendo que este percentual era de 13,1 em 1992 e caiu para 12,6 em 1999.

Por outro lado, os 20% mais ricos iniciam a série com 62,1% da renda total e a terminam com 63,8%, sendo a média de 63,9%. Por sua vez, os 10% mais ricos apropriam em 1992, 45,8% da renda e passam a apropriar 47,4% em 1999, com média de 47,5%. A fração dos muitos ricos – 1% da população – detinha 13,2% em 1992 e passa a deter 13,3% em 1999. A média foi de 13,8%.

Quando se compara os 1% mais ricos que correspondia a um milhão e setecentas mil pessoas e absorvia 13,8% com os 50% mais pobres que somavam 85 milhões de pessoas e que ficava na média com 12,4% da renda. Duas constatações se impõem. Em primeiro lugar que a fração dos muitos ricos teve acesso a mais renda do que os 50% mais pobres. Em segundo lugar a razão entre o número dos 50% mais pobres e o 1% mais rico é igual a cinquenta e seis. Ou seja, 56 brasileiros tiveram que sobreviver com uma renda menor do que aquela disponível para um membro rico desta sociedade.

Tabela 06. Brasil
Indicadores de Desigualdade de Renda: Coeficiente de Gini e
Percentual da Renda Apropriada por frações da população
1992/1999

Ano	Coeficiente de Gini	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	1% mais ricos
1992	0,58	2,3	8,4	13,1	62,1	45,8	13,2
1993	0,60	2,2	7,9	12,3	64,5	48,6	15,0
1995	0,60	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9
1996	0,60	2,1	7,7	12,1	64,1	47,6	13,5
1997	0,60	2,2	7,8	12,1	64,2	47,7	13,8
1998	0,60	2,2	7,9	12,2	64,2	47,9	13,9
1999	0,60	2,3	8,1	12,6	63,8	47,4	13,3
Média	0,60	2,2	8,0	12,4	63,9	47,5	13,8

Fonte: Henriques (2000)

Se a comparação é entre os muitos ricos e os 20% mais pobres, os resultados tornam-se mais dramáticos. A razão entre o número dos 20% mais pobres e o 1% mais rico é igual a 125. Isto quer dizer que 125 pessoas receberam uma renda que correspondeu àquela percebida por uma única pessoa. Note-se que tanto no parágrafo anterior quanto neste, se trata de fluxo de renda e não de riqueza acumulada.

Finalizando, são índices alarmantes que ultrapassam a própria tese de que o capitalismo “naturalmente” gera desigualdade, para outra de que – em algumas sociedades – o capitalismo é capaz de gerar desigualdades “anti-civilizatórias”.

No caso do Brasil, a abertura comercial de 1990, logo após uma década de altíssimas taxas de inflação e desemprego, levou a uma quebra do parque industrial nacional, que teve de fazer “mágica” para poder, no menor espaço de tempo possível, concorrer com as indústrias externas. Quando da implantação do Plano Real, em 1994, com sua famosa âncora cambial e acúmulo fictício de divisas, via capital especulativo, e medida única de política macroeconômica a queda da inflação, ou melhor, o *trade-off* entre inflação e desemprego. O único ano em que a inflação efetivamente caiu, foi o de 1998. Claro que, comparativamente aos índices que se tinham na década anterior, houve uma queda abrupta da inflação, mas não tão pequena que justificasse esse *trade-off*. Aliado a isso, tem-se a supervalorização do real, o que leva a déficits constantes na Balança Comercial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, E. & GENTILI, P. Pós-liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim*, vários números.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Política Econômica/Departamento Econômico. *Nota para a imprensa*. Diversos números. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Diversos acessos.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual*, vários anos.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga & ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociais*. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores> . Acesso em 25 de abril de 2010

CARDOSO DE MELLO, J. M. *A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição Latino-Americana*. In TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

DOWBOR, L & IANNI, O & RESENDE, P. E. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FARO, Clóvis de (Org.). *Plano Collor: avaliações e perspectivas*. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

FIORI, José Luis. (Org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FIORI, José Luis. *Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações*. FIORI, José Luis. (Org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. Online. Vários acessos.

FRANCO, Gustavo H. B. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos anos noventa*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HEREDIA Y CERAIN, J. B. *Contradicções de la globalización y de los modelos liberales subyacentes*. In NEAL/UNICAP/AUSJAL. *Anais do seminário internacional integração latino-americana ante a globalização*. Recife: Fasa, 2001.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *O Brasil na contramão: reflexões sobre o Plano Real, política econômica d globalização*. São Paulo: Saraiva, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. São Paulo: Vozes, 1999.

LOPES, Francisco. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas. Congresso da ANPEC*, dez. 1984.

LOPES, Francisco. *O choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
